



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

# TCDF

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

Aplicação: 2014



CADERNO DE  
PROVAS OBJETIVAS

Turno: MANHÃ

#### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

#### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br

 **cespeUnB**  
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Empossado na prefeitura carioca, Negrão de Lima arregalou os olhos quando os técnicos em urbanismo informaram-lhe que havia oito milhões de ratos na cidade.

4 Perguntou: “Como é que vocês contaram?”

A respeito de certos eventos, a mídia também chuta números astronômicos. Agora, na visita do papa, a informação 7 geral foi a de que, na praia de Copacabana, havia três milhões de “peregrinos” em uma das cerimônias. Recebi de um leitor uma carta esclarecedora:

10 “Praia de Copacabana. Comprimento: 4.000 metros. Largura média: 100 metros. A mídia local contagiou a mídia estrangeira, mantendo, em uníssono, que três milhões de fiéis 13 estavam na praia, todinhos ao mesmo tempo! Sem descontar os obstáculos que diminuem a área total (palco, restaurantes, quiosques etc.), o simples cálculo é que, se a densidade média 16 de cada m<sup>2</sup> da área fosse de três pessoas por m<sup>2</sup>, o total de pessoas poderia chegar a 1,2 milhão.

Segundo o cálculo de um pesquisador consultado, 19 havia, nesse dia, 560.000 pessoas, margem de 30.000 para mais ou para menos.”

Em 1964, quando lancei na Cinelândia um livro com 22 as crônicas que escrevia no **Correio da Manhã** contra o regime militar, o jornal informou que havia 3.000 pessoas na praça. Os jornais que apoiavam a ditadura garantiram que só 25 havia 18 gatos-pingados.

Carlos Heitor Cony. **Folha de S. Paulo**, 4/8/2013 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, relativos a aspectos gramaticais e ideias desenvolvidas no texto acima.

- 1 As informações fornecidas no texto são suficientes para se inferir que, no Brasil, a maioria da mídia impressa apoiou o golpe militar de 1964.
- 2 Uma forma correta de reescrita do trecho iniciado pela conjunção temporal “quando” (ℓ.2) é a seguinte: ao ser informado pelos técnicos em urbanismo que existia oito milhões de ratos na cidade do Rio de Janeiro.
- 3 Suprimindo-se a expressão de realce, utilizando-se a interrogação indireta e atendendo-se às exigências gramaticais, o último período do primeiro parágrafo poderia ser assim reescrito: Perguntou-lhes como os haviam contado.
- 4 No segundo parágrafo do texto, o autor explicita seu descrédito em relação à informação de que havia 8 milhões de ratos no Rio de Janeiro.
- 5 Sem que se contrariem o sentido original e a correção gramatical do texto, estaria correta a seguinte substituição do trecho ‘Sem descontar (...) 1,2 milhão’ (ℓ.13-17): Considerando, sem obstáculos, que cada m<sup>2</sup> da área livre fora ocupado por três pessoas, verifica-se que o total de pessoas foi, no máximo, de 1,2 milhão.

1 Na trajetória de cada indivíduo, a faculdade de antever o futuro e o autocontrole necessário para agir no tempo dependem de um equipamento cerebral e mental que se 4 constitui nas etapas formativas do ciclo de vida.

A disposição de usar essa faculdade, entretanto, varia de forma significativa entre os indivíduos. A formação de 7 preferências temporais em distintos campos da vida prática — saúde, educação, carreira profissional, finanças, relações afetivas, previdência, práticas religiosas — é um assunto de 10 extraordinária complexidade e que deverá continuar desafiando a engenhosidade humana por muito tempo ainda.

No sempre renovado embate entre a impulsividade da 13 cigarra límbica e o cálculo prudente da formiga pré-frontal, o resultado não está dado de antemão. Enquanto uma se agarra ao momento fugaz e deixa que o amanhã cuide de si (“no 16 caminho da oficina, há um bar em cada esquina”), a outra procura uma posição neutra em relação ao que está ao alcance dos sentidos e avalia os *trade-offs* entre recompensas abstratas, 19 inclusive aquelas que se espera obter e desfrutar em prazos mais longos (como a manutenção do emprego, o salário no fim do mês e o sucesso profissional).

Eduardo Giannetti. **O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 51-3 (com adaptações).

Com base nas ideias e nos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens subsequentes.

- 6 Mantendo-se a informação original e a correção gramatical do texto, a última oração do segundo parágrafo (ℓ.10-11) poderia ser substituída pela seguinte estrutura: e de contínuo desafio à engenhosidade humana por muito tempo ainda.
- 7 No terceiro parágrafo, na referência à fábula da cigarra e da formiga, o autor do texto esclarece o sentido, no texto, da expressão “preferências temporais” (ℓ.7).
- 8 Sem prejuízo das relações semântico-sintáticas entre as orações, as duas primeiras orações do último período do texto, “Enquanto uma (...) cuide de si” (ℓ.14-15), poderiam ser assim estruturadas: À medida que a primeira prioriza o momento efêmero, em detrimento do futuro.
- 9 Sem que se contrariem a informação expressa no primeiro período do texto e a prescrição gramatical, a forma verbal “dependem” (ℓ.3) poderia estar flexionada na 3.ª pessoa do singular, concordando com o núcleo nominal “faculdade” (ℓ.1), como comprova, no processo de coesão textual, o emprego da expressão “essa faculdade” (ℓ.5) no segundo parágrafo.

1 Existem três formas básicas por meio das quais  
podemos preencher o vácuo interrogante do porvir. A previsão  
lida com o provável e responde à pergunta: o que será? A  
4 delimitação do campo do possível lida com o exequível e  
responde à pergunta: o que pode ser? E a expressão da vontade  
lida com o desejável e responde à pergunta: o que sonhamos  
7 ser?

As relações entre esses modos de conceber o futuro  
não são triviais. De um lado, está a lógica: o desejável precisa  
10 respeitar a disciplina do provável e do possível. Mas, do outro  
lado, está o sonho. Se o sonho desprovido de lógica é frívolo,  
a lógica desprovida de sonho é deserta. Quando a criação do  
13 novo está em jogo, resignar-se ao provável e ao exequível é  
condenar-se ao passado e à repetição. No universo das relações  
humanas, o futuro responde à força e à ousadia do nosso  
16 querer. A capacidade de sonho fecunda o real, reembaralha as  
cartas do provável e subverte as fronteiras do possível. Os  
sonhos secretam o futuro.

Eduardo Giannetti. **O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos  
juros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 277 (com adaptações).

Com relação aos aspectos sintáticos e semânticos do texto acima,  
julgue os itens subsequentes.

- 10 Depreende-se a seguinte relação entre os conceitos abordados  
no texto: os sonhos, porque “secretam o futuro” (ℓ.18), não  
projetam o exequível no processo de “criação do novo”  
(ℓ.12-13).
- 11 Dado que, na expressão “o vácuo interrogante do porvir” (ℓ.2),  
os termos “interrogante” e “do porvir” especificam o mesmo  
núcleo nominal, o sentido da expressão seria mantido caso a  
posição desses elementos fosse a seguinte: **o vácuo do porvir  
interrogante.**
- 12 Com base na relação de condicionalidade expressa no período  
iniciado pelo conector “Se” (ℓ.11), deduz-se que todo sonho  
frívolo é desprovido de lógica e toda lógica deserta é  
desprovida de sonho, e que, portanto, é aparente a  
incompatibilidade entre os requisitos da lógica e os do sonho.

A eficácia da comunicação oficial depende basicamente do  
uso de linguagem simples e direta, chegando ao assunto que se  
deseja expor sem passar, por exemplo, pelos atalhos das fórmulas  
de refinada cortesia usuais no século passado. Ontem o estilo tendia  
ao rebuscamento, aos rodeios ou aos circunlóquios; hoje, a vida  
moderna obriga a uma redação mais objetiva e concisa.

Considere-se, entretanto, que não há uma forma específica  
de linguagem administrativa, mas, sim, qualidades comuns a  
qualquer bom texto, seja ele oficial ou literário, aplicáveis à redação  
oficial: clareza, coesão, concisão, correção gramatical. Além disso,  
merecem destaque algumas características peculiares identificáveis  
na forma oficial de redigir: formalidade, uniformidade e  
impessoalidade.

Manual de Redação Oficial do TCDF. — Brasília:  
DIPLAN, 2003. p. 11. (com adaptações)

Considerando as informações veiculadas no texto acima e os  
elementos fundamentais das práticas de redação oficial, julgue os  
itens de 13 a 15, conforme o **Manual de redação oficial do TCDF.**

- 13 O trecho a seguir está em desacordo com o requisito da  
correção gramatical necessário às comunicações oficiais:  
Mesmo antes dessas exigências serem expostas, o Órgão  
manifestou-se contrário à sua regulamentação.

14 De acordo com as exigências de formalidade, uniformidade e  
impessoalidade dos atos oficiais, é correta a utilização do fecho  
**Atenciosamente** em documentos destinados a autoridades  
superiores ao responsável pelo ato.

- 15 Está correta, conforme a padronização oficial das formas de  
tratamento, a sequência a seguir:  
Cargo – Conselheiro(a);  
Forma de tratamento – Excelência;  
Vocativo – Senhor(a) + cargo.

José, Luís e Mário são funcionários públicos nas funções  
de auditor, analista e técnico, não necessariamente nessa ordem.  
Sabe-se que José não é analista, que o técnico será o primeiro dos  
três a se aposentar e que o analista se aposentará antes de Mário.  
Todo ano os três tiram um mês de férias e, no ano passado, no  
mesmo mês que José saiu de férias, ou Luís ou Mário também saiu.

Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 16 Mário é analista, José é técnico e Luís, auditor.
- 17 Considerando-se as proposições “A: José tirou férias em  
janeiro de 2013”; “B: Luís tirou férias em janeiro de 2013”; e  
“C: Mário tirou férias em janeiro de 2013”, é correto afirmar  
que a proposição  $(A \wedge \neg C) \rightarrow B$  não é uma tautologia, isto é,  
dependendo de A, B ou C serem verdadeiras ou falsas, ela  
pode ser verdadeira ou falsa.
- 18 Se os três servidores trabalharem até o momento da  
aposentadoria e se aposentarem nos tempos previstos, então  
José ou Mário ainda estarão trabalhando quando Luís  
completar o tempo necessário para se aposentar.

RASCUNHO

Em uma empresa, as férias de cada um dos 50 empregados podem ser marcadas na forma de trinta dias ininterruptos, ou os trinta dias podem ser fracionados em dois períodos de quinze dias ininterruptos ou, ainda, em três períodos de dez dias ininterruptos. Em 2013, depois de marcadas as férias de todos os 50 empregados, constatou-se que 23, 20 e 28 deles marcaram os trinta dias de férias ou parte deles para os meses de janeiro, fevereiro e junho, respectivamente. Constatou-se, também, que, nesse ano, nenhum empregado marcou férias para algum mês diferente dos mencionados.

Tendo como referência as informações acima, julgue os itens que se seguem.

- 19 Se apenas 6 empregados fracionaram as férias em 3 períodos de 10 dias, então mais de 10 empregados fracionaram as férias em 2 períodos de 15 dias.
- 20 Considere que, em 2013, nenhum empregado que trabalha na empresa há mais de 10 anos tenha marcado férias para o mês de junho, e que, no mês de maio, a empresa tenha escolhido, aleatoriamente, 2 de seus empregados para participar de um curso de formação. Nesse caso, a probabilidade de esses 2 empregados escolhidos trabalharem na empresa há mais de 10 anos é inferior a 0,2.
- 21 Suponha que, em 2013, mais de 5/6 dos empregados que não marcaram férias para fevereiro eram do sexo feminino e mais de 2/3 dos que não marcaram férias para janeiro eram do sexo masculino. Nessa situação, é correto afirmar que, em 2013, havia na empresa no máximo 12 mulheres a mais que homens.

RASCUNHO

Com relação aos conceitos, tipos e formas de controles da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 22 Na esfera federal, o controle administrativo é identificado com a supervisão ministerial, que, no caso da administração indireta, caracteriza a tutela. A sua autonomia, estabelecida nas próprias leis instituidoras, deve ser assegurada, sem prejuízo da fiscalização na aplicação da receita pública e da atenção com a eficiência e a eficácia no desempenho da administração.
- 23 As decisões dos tribunais de contas em matéria de sua competência constitucional não podem ser justificadas pelo Judiciário, dada sua condição de órgão autônomo, auxiliar do Poder Legislativo.
- 24 A fiscalização contábil e financeira dos órgãos e entidades que compõem a estrutura do DF é exercida pela Câmara Legislativa (CLDF), mediante controle externo, com o auxílio do TCDF, e pelo sistema de controle interno dos Poderes Legislativo e Executivo.
- 25 O controle pode ser classificado, quanto ao momento do seu exercício, em prévio, simultâneo ou *a posteriori*. A exigência de laudos de impacto ambiental, por exemplo, constitui uma forma de controle simultâneo.
- 26 O controle legislativo é tanto político quanto financeiro. O controle financeiro, no âmbito parlamentar, é exercido por meio de suas casas e respectivas comissões. Há comissões permanentes e temporárias, entre as quais as CPIs. No caso do DF, cabe precipuamente à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças da Câmara Legislativa (CLDF) fiscalizar a execução orçamentária e financeira.

No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa e aos tribunais de contas, julgue o próximo item.

- 27 Constitui ato de improbidade administrativa a aquisição de imóvel por valor notoriamente superior ao de mercado por auditor de controle externo do TCDF.

Com base na Lei Orgânica do TCDF (LODF), no Regimento Interno e no Código de Ética do Auditor de Controle Externo do TCDF, julgue os itens subsequentes.

- 28 Com a finalidade de assegurar a devida isenção no julgamento, o Ministério Público pode recorrer de decisão do TCDF em processo de tomada de contas, interpondo pedido de revisão, com efeito suspensivo, que será distribuído a outro relator.
- 29 Segundo o Regimento Interno do TCDF, o auditor terá as garantias, os vencimentos e os impedimentos do conselheiro, e, quando o substituir, terá as mesmas garantias, vencimentos e impedimentos de desembargador do TJDF.
- 30 O auditor do TCDF, ao ser designado para fiscalizar determinada entidade do DF, deve se declarar impedido se o responsável pela auditoria dessa entidade tiver sido seu sócio em negócio privado que mantiveram antes do ingresso de ambos no setor público.
- 31 Considere que, em determinado processo de prestação de contas, o TCDF tenha adotado em decisão terminativa, o trancamento das contas, cujo julgamento de mérito se tornou inviável em razão de sinistro que inutilizou a documentação da entidade auditada, e a baixa da responsabilidade do administrador após 5 anos de publicação da referida decisão terminativa, sem fatos novos. Nesse caso, a decisão do TCDF foi adequada.

Considerando o que dispõe a LODF a respeito de competências, julgue os próximos itens.

- 32 É de competência privativa da CLDF a fiscalização e o controle dos atos da administração direta e indireta do Poder Executivo do DF.
- 33 Conforme previsão na LODF, é objetivo prioritário do DF assegurar a plena cidadania.
- 34 O DF possui a competência privativa de adquirir bens por interesse social, necessidade ou utilidade pública, até mesmo mediante desapropriação, observada a legislação em vigor.

A respeito do orçamento e da ordem econômica do DF, julgue os itens que se seguem.

- 35 No DF, a prestação dos serviços públicos é atribuição do poder público, com a observância da legislação, de forma direta ou sob o regime de concessão ou permissão que deve sempre ocorrer por meio de licitação.
- 36 Os projetos de lei distrital alusivos a matérias de receita e despesa públicas serão, em todos os seus aspectos setoriais, organizados e ajustados pelo TCDF.

No que se refere a direitos e garantias fundamentais, julgue os itens subsecutivos.

- 37 No entendimento do STF, a garantia do devido processo legal não torna obrigatória a defesa técnica por advogado no âmbito dos processos administrativos disciplinares que envolvam servidores públicos.
- 38 O TCDF, no exercício do controle externo, não pode determinar a suspensão de benefícios garantidos por decisão judicial transitada em julgado, ainda que o direito reconhecido pelo judiciário esteja em desconformidade com jurisprudência dominante do STF.
- 39 O TCDF possui competência constitucional para determinar diretamente a quebra dos sigilos bancário e fiscal, desde que tal medida esteja relacionada ao controle externo.

Acerca do controle de constitucionalidade das leis, julgue os itens a seguir.

- 40 O procurador-geral do Ministério Público junto ao TCDF possui legitimidade para ingressar com ação direta de inconstitucionalidade no STF.
- 41 De acordo com entendimento sumulado do STF, os tribunais de contas, no exercício de suas atribuições, podem deixar de aplicar uma lei inconstitucional. Nesse caso, a decisão do tribunal de contas terá eficácia vinculante e efeito *erga omnes*.

Em relação à competência legislativa estabelecida na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o item abaixo.

- 42 A edição de normas gerais sobre licitações e contratos administrativos, em todas as modalidades, é competência privativa da União.

Julgue os itens seguintes, relativos aos tribunais de contas.

- 43 Caso constate ilegalidade na execução de contrato administrativo, o tribunal de contas deverá assinar prazo para a adoção das providências necessárias ao cumprimento da lei, podendo sustar, se não atendido, a execução do referido contrato.
- 44 As competências constitucionais dos tribunais de contas incluem a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, para fins de registro, e as nomeações para cargos de provimento em comissão.
- 45 Conforme entendimento do STF, é possível a criação de procuradoria especial no âmbito de tribunal de contas, com competência para representá-lo judicialmente nos casos em que este necessite praticar, em juízo e em nome próprio, atos processuais na defesa de sua autonomia e independência em face dos demais poderes e para exercer a atividade de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos do tribunal.

No que diz respeito às normas constitucionais aplicáveis às finanças públicas, julgue o próximo item.

- 46 É vedada a realização de transferência voluntária de recursos da União para o DF com o objetivo de efetuar o pagamento de despesas com pessoal ativo.

Considerando a legislação a respeito do acesso à informação de interesse particular, de interesse coletivo ou geral, julgue os seguintes itens.

- 47 Independentemente de requerimentos, os órgãos e entidades do DF devem promover a divulgação de informações nas quais constem, entre outros aspectos, os resultados de inspeções e auditorias, prestações de contas e tomadas de contas especiais realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo as prestações de contas relativas a exercícios anteriores.
- 48 Estão sujeitas às disposições da legislação federal e distrital que rege o tema entidades que, não tendo fins lucrativos, recebem, para a realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Acerca do processo administrativo, julgue o próximo item, conforme disposições da Lei n.º 9.784/1999.

- 49 Um órgão administrativo somente em caráter excepcional e temporário poderá avocar a competência de outros órgãos, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados.

Com relação aos cargos públicos e à responsabilidade do servidor, conforme disposto na Lei Complementar Distrital (LC/DF) n.º 840/2011, julgue os itens que se seguem.

- 50 O servidor público responderá civilmente se vier a cometer ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário. No caso de ato que gere prejuízo a terceiro, a responsabilidade civil do servidor só se configura se ficar demonstrado que ele agiu com dolo.
- 51 Os cargos para provimento em caráter efetivo somente podem ser criados por lei. No caso de cargos a serem providos em comissão, faculta-se ao chefe do Poder Executivo a sua criação mediante decreto.

No que se refere ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), instituído pela Lei federal n.º 12.462/2011, e ao Sistema de Registro de Preços (SRP), julgue os itens subsecutivos.

- 52 A Subsecretaria de Licitação e Compras, da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento, é o órgão gerenciador do SRP no âmbito do DF e suas atribuições incluem realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação, realizar o processo licitatório em si e gerenciar a ata de registro decorrente do SRP.
- 53 O RDC é aplicável exclusivamente às licitações e contratos que envolvem os Jogos Olímpicos de 2016, a Copa do Mundo FIFA 2014, as ações integrantes do PAC e as obras e serviços de engenharia no âmbito do SUS.

Acerca da convalidação e atributos dos atos administrativos e da responsabilidade civil do Estado, julgue os itens subsequentes.

- 54 A presunção de legitimidade é atributo de todos os atos da administração, inclusive os de direito privado, dada a prerrogativa inerente aos atos praticados pelos agentes integrantes da estrutura do Estado.
- 55 De acordo com o sistema da responsabilidade civil objetiva adotado no Brasil, a administração pública pode, a seu juízo discricionário, decidir se intenta ou não ação regressiva contra o agente causador do dano, ainda que este tenha agido com culpa ou dolo.
- 56 A convalidação supre o vício existente na competência ou na forma de um ato administrativo, com efeitos retroativos ao momento em que este foi originariamente praticado.

No que se refere ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue os itens seguintes.

- 57 Para o empregado doméstico, considera-se salário de contribuição a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as disposições normativas pertinentes.
- 58 Não é considerado salário de contribuição o salário-maternidade.
- 59 É segurado obrigatório da Previdência Social, como empregado, o membro de instituto de vida consagrada.

No tocante ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do DF, julgue os itens a seguir.

- 60 Não integram o RPPS do DF os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão.
- 61 As alíquotas de contribuição dos servidores ativos do DF para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União.

Com relação à origem e à evolução legislativa da Seguridade Social no Brasil, julgue o item abaixo.

- 62 O seguro-desemprego veio previsto pela primeira vez na CF/1988.

A respeito de prescrição, decadência e negócio jurídico, julgue os seguintes itens.

- 63 Embora a renúncia da prescrição seja admitida pelo Código Civil brasileiro, esse ato abdicativo somente poderá operar após a consumação da prescrição e desde que não acarrete prejuízo para terceiros.
- 64 A lei civil permite que as partes contratantes estipulem prazos decadenciais, todavia, não pode o juiz reconhecê-los de ofício, isto é, sem a provocação dos interessados.
- 65 O negócio jurídico anulável não é suscetível de confirmação pelas partes nem convalesce pelo decurso do tempo.

Com relação a contratos, união estável e improbidade administrativa, julgue os itens subsequentes.

- 66 A relação afetiva não eventual, pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família, entre pessoas já casadas, não configura união estável, ainda que cada uma delas esteja separada de fato de seu respectivo cônjuge.
- 67 O herdeiro de deputado distrital que tenha, no exercício do mandato, ocasionado lesão ao patrimônio público e enriquecido ilicitamente está sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa, mas somente até o limite do valor da herança recebida.
- 68 Conforme o Código Civil brasileiro, é expressamente proibido que herança de pessoa viva seja objeto de contrato.

Julgue o item seguinte, acerca dos princípios constitucionais do processo civil.

- 69 Ao possibilitar às partes o livre e irrestrito acesso à justiça, a CF não prevê a obrigatoriedade de observância do princípio do contraditório para a hipótese de processo administrativo.

A respeito dos atos judiciais, julgue o item abaixo.

- 70 Despachos constituem atos do juiz, sem conteúdo decisório, que somente podem ser praticados no processo quando houver provocação de uma das partes.

Acerca do processo civil e do controle dos atos judiciais, julgue o próximo item.

- 71 No que se refere ao princípio da separação dos poderes, o controle prévio do ato administrativo é exclusivo da administração, cabendo ao Poder Judiciário apreciar lesão ou ameaça de lesão somente após a efetiva entrada em vigor do ato.

A respeito do mandado de segurança, da ação popular e da ação civil pública, julgue os itens de 72 a 74.

- 72 Na hipótese de mandado de segurança impetrado contra ato praticado no exercício de competência delegada, a autoridade a ser indicada como coatora será aquela que recebeu a delegação.
- 73 O menor, com dezesseis anos de idade, desde que tenha título de eleitor e esteja em pleno gozo de seus direitos políticos, é parte legítima para propor ação popular, ainda que sem assistência.

- 74 Na ação civil pública proposta pelo Ministério Público para fins de controle de ato administrativo, o poder público só poderá atuar como litisconsorte no polo ativo da lide, não podendo ser litisconsorte passivo em razão de lhe ser vedado atuar em desacordo com o interesse que se pretende defender com a ação.

Julgue os itens a seguir, acerca de crimes contra a administração pública e contra a fé pública.

- 75 Considere que determinado servidor público, prevalecendo-se de seu cargo, tenha falsificado o teor de um testamento particular. Nesse caso, o servidor praticou o delito de falsificação de documento particular, que não se equipara a documento público, e está sujeito ao aumento da pena prevista na lei penal.
- 76 Considere que Pedro tenha oferecido e pagado quantia a determinado servidor público para que este praticasse ato de ofício contrário ao seu dever funcional. Nesse caso, evidencia-se a prática do delito de corrupção passiva por parte de Pedro.
- 77 Considere que um delegado de polícia tenha exigido vantagem indevida, correspondente a determinado montante em dinheiro, para a liberação de dois indivíduos presos em flagrante. Nesse caso, o referido delegado praticou o delito de concussão.

Com base na Lei de Improbidade Administrativa, bem como nos crimes previstos na Lei de Licitações e nos crimes contra as finanças públicas, julgue os itens que se seguem.

- 78 Considere que José tenha representado contra um servidor público por ato de improbidade mesmo sabendo ser ele inocente. Nesse caso, além da sanção penal, José estará sujeito a indenizar o referido servidor pelos danos materiais, morais ou à imagem que houver provocado.
- 79 Considere que determinado agente político tenha contratado advogado sem a realização de licitação, por confiar plenamente no trabalho do causídico. Nesse caso, a contratação configura crime de dispensa ou inexistência de licitação fora das hipóteses previstas em lei, para o qual é prescindível a comprovação do dolo específico, ou seja, a intenção de causar dano ao erário, e a efetiva ocorrência de prejuízo aos cofres públicos.
- 80 O agente que autorizar a inscrição, em restos a pagar, de despesa que não tenha sido previamente empenhada ou que exceda o limite estabelecido em lei pratica crime contra as finanças públicas, e, não, mera infração administrativa.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito das normas de auditoria governamental estabelecidas pela INTOSAI (*International Organization of Supreme Audit Institutions*) e pelo TCDF, julgue os itens a seguir.

- 81** Quando, em um parecer de auditoria, se fizer referência à economicidade de determinada aquisição de bens ou serviços realizada por órgão público, se estará referindo à oportunidade de redução de custos na compra auditada, mantendo-se um nível adequado de qualidade.
- 82** É responsabilidade dos tribunais de contas garantir que todas as pessoas físicas ou jurídicas encarregadas da administração de bens ou valores públicos prestem contas dos recursos utilizados nos prazos e nas condições estabelecidas por lei.
- 83** A auditoria interna consiste na realização de atividades estabelecidas ou providas como um serviço direcionado à entidade e inclui, entre outros, o exame, a avaliação e o monitoramento da adequação e efetividade dos controles internos.
- 84** Com a finalidade de manter a independência dos trabalhos de auditoria, as informações acerca do objeto da auditoria devem ser obtidas pelo auditor sem a colaboração da administração do órgão ou projeto a ser auditado ou daqueles encarregados de sua governança.

Julgue os próximos itens, relativos às orientações do Manual de Auditoria do TCDF e às definições de amostragem estatística em auditoria.

- 85** Aplicando o devido zelo profissional, a equipe de auditoria elimina certamente a margem de erro própria dos trabalhos realizados por amostragem ou outros sistemas de testes equivalentes.
- 86** Em uma auditoria, o trabalho de campo, se necessário, poderá ser realizado por equipe distinta daquela encarregada do planejamento e do levantamento preliminar correspondente a essa auditoria.
- 87** As conclusões do auditor responsável em relação à entidade auditada não fazem parte dos documentos de apoio, uma vez que devem constar no parecer final de auditoria, observados os aspectos de clareza e objetividade.

Considerando as Resoluções - TCDF n.º 38/1990 e n.º 102/1998, julgue os itens subsequentes acerca de procedimentos em processos de tomadas e prestações de contas.

- 88** Considere que determinada autoridade administrativa responsável por órgão público do DF tome conhecimento da ocorrência de fato lesivo ao patrimônio público. Nesse caso, a referida autoridade deverá adotar providências para regularizar a situação ou reparar o dano. Caso a regularização ou reparação do dano não ocorra no prazo legal, a autoridade deverá instaurar tomada de contas especial, sob pena de ser considerada responsável solidária.
- 89** Em uma tomada de contas especial que envolver montante total inferior à quantia fixada em legislação complementar, dispensa-se o pronunciamento do dirigente do órgão ou entidade onde ocorreu o fato em relação aos procedimentos de apuração das responsabilidades.
- 90** O parecer conclusivo do conselho fiscal ou órgão equivalente de controle interno das autarquias e fundações públicas do DF deve ser elaborado após a prestação de contas junto ao TCDF.

Acerca do orçamento público, julgue os itens subsecutivos.

- 91** Créditos adicionais poderão ser abertos sem a necessidade de autorização legislativa prévia.
- 92** Atende ao princípio da unidade orçamentária a inclusão, na lei orçamentária, do orçamento de investimento de empresa em que a União detenha participação, ainda que sem direito a voto.

Em relação às receitas e despesas públicas, julgue os itens subsequentes.

- 93** Pode ocorrer despesa pública sem a realização de empenho prévio.
- 94** A classificação da receita por fonte de recurso atende à necessidade de vinculação de receitas e despesas estabelecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.
- 95** O pagamento de despesas de exercícios encerrados deve, sempre que possível, ser realizado em ordem cronológica.

Julgue os itens seguintes, relativos aos contratos celebrados entre o poder público do DF e os agentes privados.

- 96** É possível a celebração de contrato na modalidade de parceria público-privada cujo objeto exclusivo seja a instalação de equipamentos para uso do poder público.
- 97** O governador do DF poderá desqualificar a organização social que descumprir o disposto no contrato de gestão, independentemente da abertura de processo administrativo.

A respeito do planejamento, orçamento, finanças, patrimônio e contabilidade do DF, julgue os itens que se seguem.

- 98** A prestação de contas de recursos de convênios que envolvam órgãos da administração pública do DF deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, após o término de sua vigência.
- 99** A concessão de incentivos tributários que gerem renúncia de receita poderá, nas situações especiais previstas em lei, ser realizada por meio de decreto do Poder Executivo do DF.
- 100** Denomina-se convênio o instrumento celebrado entre a administração do DF e entidades públicas ou privadas, com a finalidade de executar programas de interesse recíproco, em regime de cooperação mútua.

Com relação aos princípios e aos regimes contábeis e às características qualitativas da informação contábil, julgue os itens a seguir.

- 101** O regime de competência é comumente utilizado pelas empresas, ainda que algumas mantenham sua contabilidade pelo regime de caixa. Mesmo as empresas que utilizam o regime de competência em sua contabilidade elaboram alguma demonstração em regime de caixa.
- 102** A relação entre confiabilidade e oportunidade da informação contábil é a base principal para a aplicação do princípio do registro pelo valor original.

Com relação às contas, aos métodos e às operações contábeis, julgue os itens seguintes.

- 103** A conta ágio na emissão de ações é uma conta de reserva de capital, integrante do patrimônio líquido, sendo creditada quando o valor captado na emissão de ações supera o preço de oferta ou supera o valor de registro das ações que compõem o capital social.
- 104** A variação cambial sobre obrigações com fornecedores estrangeiros impacta o saldo da conta fornecedores, mas a mercadoria importada que continuar em estoque poderá não receber tal atualização.
- 105** O refinanciamento, junto ao poder público, de obrigações tributárias em atraso deve ser registrado no subgrupo de empréstimos e financiamentos.
- 106** O saldo do estoque de mercadoria apurado pelo método da média ponderada móvel deve ser inferior ao apurado pelo método primeiro a entrar, primeiro a sair (PEPS) e superior ao apurado pelo método último a entrar, primeiro a sair (UEPS).

Com relação à contabilização dos itens patrimoniais e de resultado, bem como aos seus efeitos, julgue os itens que se seguem.

- 107** Os investimentos mantidos por uma entidade em suas coligadas ou controladas e em outras entidades devem ser avaliados pelo método da equivalência patrimonial, com impactos no balanço patrimonial e na demonstração de resultado do exercício.
- 108** Considere que um item de estoque destinado à venda esteja contabilmente registrado por R\$ 100,00, possua custos estimados de negociação de R\$ 8,00 e seja normalmente negociado pelos participantes do mercado por R\$ 90,00. Nesse caso, o valor realizável líquido do item deverá ser ajustado, o que produzirá impacto negativo na demonstração do resultado do exercício.
- 109** De acordo com o regime de competência, os custos de transação incorridos na aquisição de ações de emissão própria devem impactar o resultado da entidade no exercício em que for efetuada a transação.

**Tabela para os itens de 110 a 112**

contas	ano 1 (em R\$)	ano 2 (em R\$)
duplicatas descontadas	20	20
dividendos a pagar	30	27
imposto de renda e contribuição social apurada	30	25
capital social integralizado em moeda	380	400
lucro líquido do exercício	100	80
despesa com ajuste de instrumentos financeiros	5	3
juros ativos	3	1
gastos na emissão de ações	2	0
depreciação acumulada	6	8
ajustes de instrumentos financeiros	2	3

A tabela na coluna anterior apresenta um rol de contas e saldos que podem compor diferentes demonstrações contábeis e não constituem a forma completa de uma demonstração contábil. Com base nessas informações, julgue os itens subsequentes, considerando que o ano 1 seja anterior ao ano 2.

- 110** Na apuração da demonstração dos fluxos de caixa do ano 2 pelo método indireto, o caixa gerado nas atividades de financiamento será composto por, pelo menos, duas contas, e o caixa gerado pelas atividades operacionais, por, pelo menos, três contas.
- 111** No rol de contas apresentado, há apenas uma conta que diminui e uma conta que aumenta o resultado líquido do exercício.
- 112** A conta lucro líquido do exercício integra a demonstração dos lucros e prejuízos acumulados, ao passo que a conta ajustes de instrumentos financeiros integra apenas a demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A respeito da análise de lucratividade e de retorno de investimentos, julgue os itens a seguir.

- 113** Se o índice de retorno sobre investimento total de uma empresa for igual a 2,10%, e o de retorno sobre patrimônio líquido, 13,65%, então o índice *leverage* dessa empresa será de 15,75 vezes.
- 114** O EBITDA é um indicador associado ao conceito de fluxo de caixa operacional das empresas.

No que se refere à análise econômico-financeira das organizações, inclusive em seus aspectos qualitativos, julgue os próximos itens.

- 115** As variações no poder de alavancagem financeira são diretamente proporcionais às variações no volume de recursos onerosos empregados na organização.
- 116** A análise vertical constitui procedimento suficiente para identificar mudança no peso de um item de ativo em relação ao ativo total.
- 117** A análise horizontal permite identificar padrões de comportamento dos indicadores de uma empresa, o que possibilita a construção de índices-padrão, utilizados para avaliar o desempenho futuro dessa empresa.
- 118** Considere que a liquidez seca de uma empresa tenha decrescido ano a ano em relação à liquidez corrente e que o volume total de investimentos, as aplicações circulantes, o consumo de materiais, os prazos médios de fabricação e o volume de venda e de cobrança tenham sido mantidos constantes. Nesse caso, é correto afirmar que o ciclo operacional dessa empresa é crescente.

RASCUNHO

A respeito dos conceitos de contabilidade governamental e dos princípios de contabilidade aplicados ao setor público, julgue os itens a seguir.

- 119** A aplicação do princípio da entidade é indistinguível no âmbito das instituições públicas e das organizações do setor privado.
- 120** Caso o governo federal pretenda extinguir determinada entidade da administração indireta, então, tendo como base o princípio da continuidade, a quantificação dos componentes patrimoniais dessa entidade constituirá dado importante para aferição da capacidade futura de geração de resultado.
- 121** Se a conta de energia elétrica de determinado órgão público não estiver disponível até o encerramento do exercício, o procedimento contábil correto a ser realizado consistirá em efetuar o empenho no exercício seguinte, após o recebimento da fatura, à conta de despesas de exercícios anteriores.

Com relação às variações patrimoniais e ao plano de contas no âmbito do setor público, julgue os itens que se seguem.

- 122** O lançamento necessário e suficiente para registrar a arrecadação de determinada receita tributária que inclua a renúncia de 20% do total arrecadado consiste no débito de bancos conta movimento e no crédito de receita orçamentária corrente já pelos seus valores líquidos.
- 123** Considere que determinado órgão público tenha sido obrigado a reconhecer dívida contraída por particulares em virtude de sentença judicial fundamentada em aval ou fiança concedidos. Nesse caso, verifica-se superveniência passiva que deve ser registrada na conta de absorção de dívidas de terceiros.
- 124** A conta de cancelamento de restos a pagar pode registrar insubsistência ativa ou passiva.
- 125** No momento em que ocorre o fato gerador de determinado tributo, antes de sua efetiva arrecadação, o lançamento contábil a ser feito de acordo com a estrutura do plano de contas da União envolve exclusivamente o sistema patrimonial.

Com relação aos registros e demonstrativos da contabilidade pública, julgue os itens de **126 a 128**.

- 126** Constitui operação de descentralização interna a transferência de crédito referente a dotação global, não consignada especificamente a nenhum ministério ou órgão, quando efetuada de uma unidade orçamentária a unidade administrativa do mesmo ministério ou órgão.
- 127** Na administração pública, o conceito de custo padrão ou *standard* corresponde ao valor orçado para a produção de determinado produto ou serviço.

- 128** Considere que os dados da tabela a seguir, obtidos da contabilidade de determinado ente da administração pública, tenham sido disponibilizados para o cálculo do resultado patrimonial a ser apurado para a elaboração da demonstração das variações patrimoniais — modelo da Lei n.º 4.320/1964. Nessa situação, o resultado patrimonial, em milhares de reais, é igual a 160.

conta/saldo	valores (em RS mil)
despesa orçamentária	600
receita orçamentária	500
mutação patrimonial da despesa	450
mutação patrimonial da receita	230
prescrição de dívida do ente (independente da execução orçamentária)	180
reconhecimento de dívida do ente (independente da execução orçamentária)	140
saldo patrimonial	170

Com base na legislação e em instruções aplicáveis à contabilidade pública, julgue os itens subsequentes.

- 129** Por determinação do ministro de Estado da Fazenda, a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, está incumbida de editar o plano de contas nacional para efeito de consolidação das demonstrações contábeis e tendo em vista a convergência às normas internacionais e brasileiras de contabilidade.
- 130** Os procedimentos contábeis patrimoniais estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público deverão ser adotados pelos entes da Federação a partir de 2015, registrando-se, por exemplo, em dívida ativa somente aqueles valores em relação aos quais seja considerada alta a probabilidade de recebimento.
- 131** Uma transação que represente a situação do ente público como mero depositário de valores de terceiros é considerada como de natureza econômico-financeira e deve ser registrada.
- 132** De acordo com a representatividade, o registro da informação contábil no setor público deve contemplar o detalhamento de todos os fatos relevantes.

RASCUNHO

Julgue os itens a seguir a respeito das reformas administrativas e da redefinição do papel do Estado.

**133** A Constituição Federal de 1988 materializou um grande avanço em termos de administração pública gerencial, principalmente no que se refere à redução de custos dos recursos humanos e ao foco em resultados.

**134** A reforma administrativa embutida no Decreto-Lei n.º 200/1967 impediu a sobrevivência de práticas patrimonialistas e fisiológicas nos diversos níveis da administração pública.

---

Acerca de mudanças institucionais, julgue o item abaixo.

**135** Estará cumprindo suas atribuições regulamentares a agência reguladora que, além de arbitrar os conflitos entre as diversas partes envolvidas, fomentar a competitividade entre as áreas nas quais não haja monopólio natural.

---

Julgue o próximo item a respeito de planejamento nas políticas públicas.

**136** Um município com mais de 25.000 habitantes deve, obrigatoriamente, possuir um plano diretor, a fim de orientar a atuação do poder público e da iniciativa privada na construção e reorganização dos espaços urbano e rural.

---

Acerca de indicadores de desempenho, julgue os itens subsequentes.

**137** Ao elaborar um indicador, um profissional que trabalha com a prestação de serviços voltada para o atendimento ao público deverá considerar, entre as variáveis necessárias à composição do indicador, a satisfação do cliente e a demanda atendida, que se vinculam, respectivamente, à qualidade e à quantidade.

**138** Ao analisar um indicador de eficiência, um consultor poderá verificar de imediato o impacto que o produto/processo causa na organização.

---

Em relação à teoria microeconômica, julgue os itens de **139** a **143**.

**139** O aumento dos salários nominais acarreta deslocamento da curva de demanda agregada para a direita, além de um aumento do produto de equilíbrio.

**140** O aumento dos gastos do governo acarreta elevação do nível geral de preços.

**141** O aumento da preferência pela liquidez desloca a curva do mercado de bens para a esquerda, o que causa retração da demanda agregada.

**142** De acordo com a teoria keynesiana, os trabalhadores ofertam trabalho até o salário real igualar a utilidade marginal do lazer, também conhecida como desutilidade marginal do trabalho.

**143** O aumento dos estoques indesejados por parte das firmas ocasiona aumento da renda agregada e do nível geral de preços.

---

Julgue os itens seguintes, com relação ao balanço de pagamentos.

**144** O pagamento de juros de empréstimos internacionais é registrado na conta capital e financeira do balanço de pagamentos.

**145** A variação negativa das reservas internacionais implica retração da base monetária.

---

No que diz respeito à teoria da produção, julgue os itens que se seguem.

**146** Não há custo de oportunidade quando a economia opera em um ponto interno à fronteira de possibilidade de produção.

**147** Dois pontos sobre a curva de possibilidades de produção são igualmente eficientes, independentemente da relação de preços existente na economia.

---

A respeito da teoria microeconômica do consumidor, julgue os próximos itens.

**148** Para um consumidor com orçamento inteiramente gasto com dois bens, o aumento do preço de um dos bens causará, necessariamente, a redução no consumo de ambos os bens, exceto se um deles for inferior.

**149** Se um bem é normal para qualquer classe de rendimentos, então a curva de Engel é negativamente inclinada.

---

Acerca da economia do setor público, julgue o item abaixo.

**150** Um pagamento já liquidado pelo governo federal, mas não sensibilizado na Conta Única do Tesouro Nacional, não impacta o indicador de superávit primário.